

OPINIÃO

O QUE VALE A VALE

José Sarney

Eu estava no gabinete do presidente Castelo Branco, quando chegou o general Guedes, comandante de Minas Gerais, um dos principais protagonistas da Revolução de 64. Esperei a hora da minha audiência com o presidente, pessoa que conhecia dos tempos em que eu, secretário no Maranhão, e ele, comandante da 10ª Região Militar, mantivemos estreito contato e boas relações pessoais. Nunca fui dado a extremos, adepto do diálogo, do entendimento e da convivência das idéias, virtudes ou defetos (!) que tive de exercitar ao máximo quando ocupei a Presidência da República. O general Guedes saiu eu entrei. O presidente Castelo Branco me saudou e diz:

— Dr. Sarney — era assim que ele sempre me chamava —, o senhor é muito bem servido de inimigos.

— Eu, presidente? — retruquei, sem saber o que se passava.

Em seguida me confidenciou:

— Pois é, o Guedes veio pedir-me sua cabeça. Disse-me que você é um comunista perigoso.

Ri um pouco amarelo e o presidente me acrescentou:

— Disse ao Guedes que cuidasse de Minas, pois eu conheço muito bem o Nordeste.

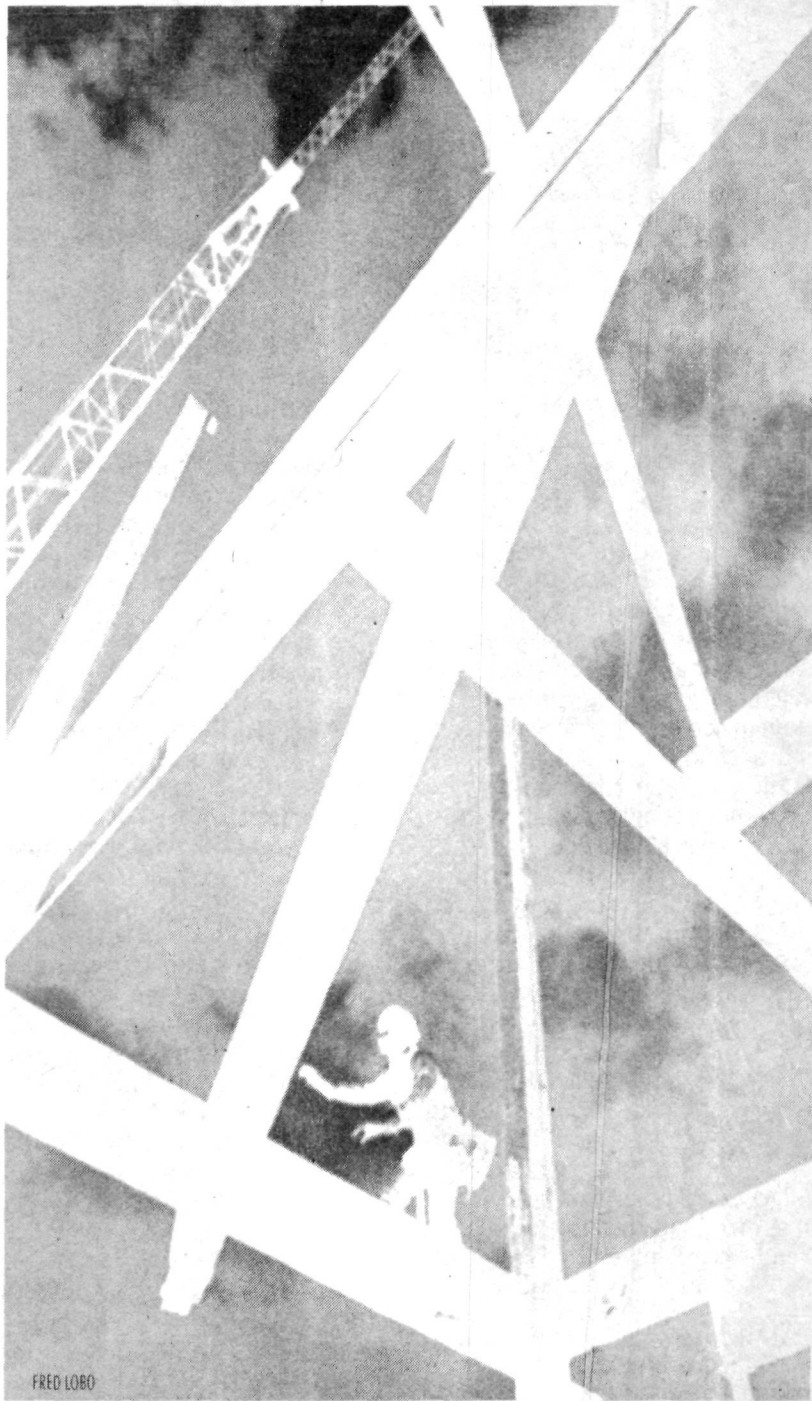
Alguns anos depois, estava jantando com Giocondo Dias, presidente do Partido Comunista e um homem excepcional, que fez muita falta ao Brasil na transição daqueles anos, e ele me disse:

“Presidente, Sarney, o senhor é até um *reacionário* esclarecido.

Agora, com esta discussão da Vale, eis-me incluído entre os dinossauros. Lembrei-me do episódio do presidente Castelo quando li o artigo de mestre Roberto Campos e concluí para mim mesmo: “Agora a coisa está ruim, pois estou muito bem servido de amigos”.

Neste assunto da Vale do Rio Doce, há que distinguir o que é ser contra o enxugamento do Estado, a favor da necessidade de usar-se o instrumento da privatização, e o que é aceitar a dilapidação do patrimônio nacional, de maneira selvagem, quer vendendo na bacia das almas, quer deixando a corrupção medrar para dar a alguns os bens do Estado, quer confundindo privatizar com abdicar dos instrumentos de uma agência de desenvolvimento do país.

Em que a Vale está prejudicando o Estado brasileiro? Qual o critério de prioridades adotado pelo governo para incluir a Vale do Rio Doce entre os primeiros dos seus ativos a vender? É a Vale do Rio Doce responsável pelo gigantismo da máquina estatal? É essa companhia responsável por qualquer desembolso do Tesouro? É por que o BNDES deseja dar um sinal e aguçar a gula de especuladores internacionais? É por que essa área deseja mostrar que está adepta da teoria



FRED LOBO

da globalização de modo a entregar a Vale a uma companhia global, sua concorrente? É por que deseja dizer que o país avançou tanto nesse terreno que escolheu a grande corretora americana Meryll Lynch para vender a sua mais eficiente e cobijada empresa?

São perguntas que até agora não receberam respostas convincentes. Eu não sou contra as privatizações. Privatizei durante meu governo, e se não o fiz mais foi porque não tive condições políticas, já que o Congresso desautorizou a venda de muitas empresas, e muitos dos que, hoje, são arautos dessa venda selvagem, foram os que mais estavam contra qualquer privatização ou enxugamento do Estado.

A Vale do Rio Doce é uma agência de desenvolvimento. É o único *global player*, parceiro internacional na área econômica do Brasil, com participação em 54 companhias, além de subsidiárias de grande porte. É um braço estratégico do Brasil para regular alguns mercados. É responsável pela venda de 25% de

todo o minério de ferro consumido no mundo. Seus custos são altamente competitivos e promoveu o desenvolvimento de áreas sem nenhuma perspectiva de progresso, levando riqueza e criando recursos humanos. Veja-se o exemplo de Carajás. Aquela mina, a maior província mineral do mundo, pertencia à United Steel, que não quis explorá-la. Seria um grande investimento novo que não interessava a multinacionais, proprietárias de minas ainda em fase de exploração. A Vale construiu uma estrada de ferro de 840 quilômetros — a mais moderna do Brasil —, fez porto, montou estratégias de transporte e desenvolveu toda uma grande região. Agora, vamos entregá-la àquela mesma United Steel ou outra assemelhada, tudo pronto e pago, sem dívidas. A Vale do Rio Doce está em fase de planejamento e execução da criação de um pólo de grande porte, minero-metalúrgico, capaz de fazer o Brasil dispor, fora do eixo Rio-São Paulo, de grandes indústrias de base, com capacidade de competir in-

ternacionalmente e diminuir desníveis regionais.

Os Estados Unidos, Japão e Inglaterra se desfizeram de suas empresas estratégicas? Nenhum deles! Por que vai o Brasil fazer isso?

Mas o que impressiona e faz desconfiar é a intolerância, o avassalador terrorismo moral que se desencadeia na discussão do assunto. É dogma. É para vender! Deve-se vender! Faz parte do programa de privatização, e nada de controvérsia! Ponto final! Em vez de argumentos, ataques. É compreensível que um negócio dessa magnitude, que deve estar sendo a sedução de muita gente, a maior privatização posta à venda num único bloco, só pode despertar grandes e incalculáveis interesses. Isso até pode ser normal, mas não é normal que os órgãos governamentais envolvidos no assunto se mostrem tão dogmáticos quanto os especuladores. Por que não vender as participações da Vale e preservar-se o seu núcleo? Se o país necessita de dinheiro, venda o sistema elétrico, venda a área de telecomunicações, flexibilize a Petrobras e venda as ações que a Vale tem em outras empresas. Quem comprar a Vale vai fazer isso e ficar com a Vale de graça. Por que então o formato de edital, que em vez do modelo inglês de dividir entre o povo os compradores das ações, concentra, vende em bloco para entregar esse braço estratégico do Brasil a compradores previamente selecionados? E o que não dizer da mais barata espionagem industrial jamais compreensível de, por R\$ 150 mil, qualquer grupo saber as composições de preço, as estratégias de venda, tudo sobre a Vale?

Outro dia, uma repórter me perguntou se a luta pela Vale não era um disfarce para enterrar a reeleição. Disse que não. Uma coisa nada tinha a ver com outra. Havia mesmo, talvez, alguns que, colocados nesse dilema, talvez optassem pela Vale e abdicassem da reeleição. Acrescentei que não era o meu caso, pois minha posição sobre a Vale é *principista*. Uma atitude cívica e não política. Foi um deus-nos-acuda. O mesmo argumento meu e do governo, que uma coisa não era instrumento da outra, foi desvirtuado e não faltou quem apontasse uma barganha, como se a Vale fosse objeto de qualquer interesse político.

Defender uma idéia não é barganha. Não estou mais na idade nem fora das responsabilidades de não dizer o que eu penso. Barganhas são outras. Até mesmo porque não sou ingênuo para não saber que existem muitos *teóricos* da reeleição — e eu ainda não me manifestei sobre ela — que por ela não dariam a Vale, porque a Vale é muito pouco. Nesse jogo, todos sabemos, a Vale não vale nada.